

# POR UMA ABORDAGEM COGNITIVA DA MORFOLOGIA: REVISANDO A MORFOLOGIA CONSTRUCIONAL

Juliana Soledade (UFBA)

## APRESENTAÇÃO

Há alguns anos, o grupo de morfologia e lexicologia históricas do PROHPOR (*Programa para a história da língua portuguesa*) vêm se apropriando dos pressupostos teóricos e metodológicos da morfologia construcional proposto por Booij (2010, 2012, 2014) e aplicando esse modelo para a descrição e análise de dados historicamente datados.

Nessa perspectiva, os estudos até então realizados se alinham a algumas agendas da linguística cognitiva, no sentido de: 1) pautar as análises de língua em seus usos concretos, considerando que o conhecimento linguístico emerge e se estrutura a partir do uso da linguagem; 2) propor a observação e a busca de descrição de processos, simultaneamente, cognitivos, sócio interacionais, culturais e históricos; 3) considerar que o conhecimento linguístico emerge e se estrutura a partir do uso efetivo da língua em eventos comunicativos reais e que, portanto, categorias e estruturas sintáticas, morfológicas, semânticas e fonológicas são construídas a partir de processos cognitivos gerais que aplicamos às diversas ocasiões de uso real da linguagem.

Assim, os estudos de morfologia histórica, apropriando-se do modelo construcional, têm gerado análises interessantes e profícuas no que se refere à observação do fenômeno da polissemia, entendido não como uma propriedade que afeta exclusiva e individualmente a palavra, mas como um fenômeno cognitivo capaz de integrar uma rede de subesquemas construcionais em torno de um mesmo elemento formativo, fornecendo em parte motivação para uma estruturação e organização do léxico. Contudo, ainda que o modelo tenha se mostrado eficiente em certos aspectos da descrição linguística, em estudos de dados em perspectiva histórica, algumas adequações têm sido aventadas.

Neste trabalho buscar-se-á refletir acerca de pressupostos da linguística cognitiva e da morfologia construcional com o olhar crítico embasado em tentativas de aplicação do modelo sobre dados historicamente datados.

Assim, num primeiro momento partiremos para uma crítica acerca do conceito de léxico construído ao longo da tradição linguística, com o objetivo de refletir acerca de sua aplicação dentro da teoria cognitivista.

Na segunda parte, serão observadas as proposições do modelo cognitivo para a morfologia, mais especificamente a morfologia construcional (Booij, 2010), apresentando os pressupostos básicos desse modelo.

Por fim, na terceira e última seção, buscaremos demonstrar algumas limitações do modelo boojiano, com base em exemplos variados de análises previamente efetuadas acerca de sufixos da língua portuguesa em perspectiva histórica, buscando, quando possível, trazer propostas de reflexões que visam a contribuir para o aprimoramento do modelo, sobretudo, considerando algumas das premissas básicas da linguística cognitiva, a saber: o caráter semântico-cêntrico da língua e o caráter cognitivo, sócio interacional, cultural e histórico dos processos linguísticos.

## **1. POR UMA CONCEPÇÃO COMPLEXA DE LÉXICO**

Qualquer estudo de morfologia, em nossa perspectiva, deve partir de uma concepção de léxico e do papel da morfologia enquanto uma sua parte integrante. No entanto, essa tarefa pode não ser tão simples quanto parece, uma vez que as concepções de léxico são variadas e mudam/mudaram de acordo com a perspectiva teórica que o enfoca, como é natural nas ciências de um modo geral.

Ao logo do desenvolvimento do pensamento científico, a cognição humana, juntamente com o desenvolvimento tecnológico, permitiu que fatos verdadeiros da ciência fossem reescritos como novos fatos verdadeiros, demonstrando que o fazer ciência passa necessariamente por modos de percepção que variam de acordo com a construção subjetiva acerca daquilo que o sujeito apreende como realidade.

Tomando como exemplo a história da teoria atômica, perceberemos que desde a sua concepção, em bases filosóficas acerca da constituição da matéria, (sem nenhum experiencialismo ou observação empírica), ela foi concebida como sendo constituída por unidades individuais e que não poderiam ser divididas em quantidades cada vez mais pequenas de forma arbitrária, um todo indivisível. Com o desenvolvimento da química, contudo, o conceito de átomo foi modificado e passou a ser entendido como um corpúsculo constituinte da matéria: um corpo simples e não misturado que não pode ser feito de outro corpo. Em 1897, quando Thomson descobriu o elétron e sua natureza

subatômica, o átomo deixou de ser um todo indivisível e passou a ser investigado em termos de seus constituintes, daí terem sido feitas e refeitas as verdades científicas acerca do átomo para dar conta das descobertas de elétrons, prótons, nêutrons e fótons. Com o desenvolvimento da física quântica, descobriu-se que as partículas subatômicas se comportavam até determinado ponto como ondas tridimensionais. Na década de 1950, o desenvolvimento de aceleradores de partículas e detectores de partículas permitiu aos cientistas estudar os impactos dos átomos em movimento a alta energia. Verificou-se que os prótons e os nêutrons eram hadrons ou comósitos de partículas ainda menores denominadas quarks. Atualmente cientistas chegaram a determinar que, nas palavras de Ferreira (2015, p. 18):

A identidade das partículas subatômicas se desloca dividida entre o estatuto de matéria e o estatuto de onda. Sua substância aristotélica essencial se dissolve, e o elemento antes estável, vira fato aleatório, em torno de um modelo de átomo eletrostático. A substância subatômica não tem mais localização fixa e inequívoca nem no tempo, nem no espaço. O modelo de átomo como unidade indivisível dá lugar a um “delirante mingau subatômico de fótons, elétrons, nêutrons, prótons” (MORIN, 2013, p. 57).

Assim, a física contemporânea vem se afastando da lógica aristotélica e do modelo dicotômico cartesiano e se pondo em direção a um modelo mais complexo, que pretende ser holístico, incorporando a subjetividade em oposição a movimentos e modelos anteriores que privilegiavam a objetividade para o estudo de partes.

Na linguística podemos ver esse reflexo da quebra do paradigma racional cartesiano quando observamos de perto as propostas da linguística cognitiva, que rompe com dicotomias seculares (como léxico e gramática), em um movimento de inserção na epistemologia contemporânea em busca de um pensamento complexo. Nesse sentido, é importante entendermos que a proposta a que nos dedicamos, nesse tópico, é a de fazer uma reflexão sobre uma concepção de léxico que traduza essa nova forma de perceber a realidade, que, enquanto percepção, se encaixa numa forma de ver o mundo, de um sujeito inserido em um dado contexto social, cultural e histórico.

A linguística nunca cedeu ao léxico um lugar de centralidade, desde as primeiras gramáticas, passando pelas gramáticas históricas até as gramáticas normativas tradicionais, o enfoque no léxico se resumia à análise de palavras primitivas e complexas já formadas e incorporadas ao léxico, não havia interesse em observar a capacidade de se

criarem novas palavras, nem de entender como essas palavras são armazenadas e se relacionam umas com as outras no cérebro dos falantes.

Com o estruturalismo, a morfologia e a fonologia ganharam destaque (primeira e segunda articulações da linguagem), dando margem a uma maior reflexão acerca de processos de formação de palavras. A concepção de léxico saussuriano passa por aquilo que o linguista denominou de relações associativas, nessa formulação cada palavra suscita na memória do falante toda uma série de relações associativas com outras palavras com as quais compartilha certos elementos, sejam eles de natureza fonológica, semântica ou morfológica.

“...as palavras que oferecem algo de comum se associam na memória e assim se formam grupos dentro dos quais imperam relações muito diversas. (...). Vê-se que essas coordenações são de uma espécie bem diferente das primeiras. Elas não têm por base a extensão; sua sede está no cérebro; elas fazem parte desse tesouro interior que constitui a língua de cada indivíduo. Chamá-las-emos relações associativas.” (SAUSSURE, 1969, p. 142-143).

Nessa citação é possível perceber que a concepção de léxico passa também pela noção de tesouro armazenado no cérebro (memória) de cada indivíduo que contém elementos que estabelecem relações associativas diversas:

Os grupos formados por associação mental não se limitam a aproximar os termos que apresentem algo em comum; o espírito capta também a natureza das relações que os unem em cada caso e cria com isso tantas séries associativas quantas relações diversas existam. Assim, em *enseignement*, *enseigner*, *enseignons* etc. (ensino, ensinar, ensinemos), há um elemento comum a todos os termos, o radical; todavia, a palavra *enseignement* (ou *ensino*) se pode achar implicada numa série baseada em outro elemento comum, o sufixo (cf. *enseignement*, *armement*, *changement* etc.; *ensinamento*, *armamento*, *desfiguramento* etc.); a associação pode se fundar também apenas na analogia dos significados (ensino, instrução, aprendizagem, educação etc.) ou, pelo contrário, na simples comunidade das imagens acústicas (por exemplo *enseignement* e *justement*, ou ensinamento e lento). (SAUSSURE, 1969, p. 145).

Do ponto de vista da morfologia, é possível determinar que Saussure a entende como o domínio das relações associativas entre morfemas para formar palavras que seriam, por sua vez, as unidades básicas do léxico das línguas.

Sob o ponto de vista da geração de novas unidades lexicais, podemos encontrar no *Curso* a seguinte compreensão:

(...) Quando uma palavra como o fr. indécorable ou port. indeclinável surge na fala (...), supõe um tipo determinado e este, por sua vez, só é possível pela lembrança de um número suficiente de palavras semelhantes pertencentes à língua (impecável, intolerável, infatigável, etc.) (SAUSSURE, 1969, p. 145).

Essa teoria tem raízes bastante antigas, e remontam aos estudos de Herman Paul (1880, *Principien der Sprachgeschichte - Princípios de linguística histórica*) que afirmou que o falante/aprendiz irá começar a aprender palavras individuais e formas de palavras, mas gradualmente, começará a abstrair das palavras concretas que ele aprende o caminho para formar novas palavras de acordo com esquemas abstratos.

Essa concepção de um princípio formativo que passa por processos analógicos com outras palavras da língua irá permanecer como uma premissa básica em teorias subsequentes, contudo, no âmbito dos estudos estruturalistas, a preocupação acerca de como se dá a formação de novas unidades do léxico não encontrou terreno fértil, uma vez que, a linguística estrutural, pautada do estudo da *langue*, preocupou-se essencialmente com a análise de estruturas já existentes na língua.

Na tradição do estruturalismo americano, o léxico era visto como contendo unicamente informação idiossincrática, “an appendix of the grammar, a list of basic irregularities” (Bloomfield 1933: 274), assumindo-se que todas as palavras que podem ser regularmente analisadas não devem ser listadas no léxico. Assim, só as palavras em que a correspondência forma – significado é irregular é que devem fazer parte do léxico. Neste modelo, também conhecido por *Item and Arrangement* (IA), em português *Unidade e Distribuição*, supõe-se que todo o enunciado está integrado nos seus constituintes últimos – os morfemas – numa determinada distribuição complementar e componencial.

No gerativismo também o léxico ocupou/ocupa uma posição marginal, ainda que tenha gerado inúmeros desconfortos para a aplicação dos modelos teóricos que a corrente engendrou. Na gramática gerativa transformacional, se instaura com grande potência a investigação acerca do aspecto criativo da faculdade da linguagem, em particular os processos de transformação pelos quais passa o sintagma. As palavras, quando simples e coincidentes com morfemas, fariam parte da estrutura profunda, por sua vez as palavras

complexas estariam submetidas às mesmas regras de transformação capazes de gerar sentenças, reflexão pautada em argumentos como a equivalência entre estruturas sintagmáticas como “O pedreiro construiu a casa” e “A construção da casa pelo pedreiro”. Em suma, o léxico, novamente, é relegado a um papel subsidiário no estudo de como as línguas funcionam, servindo de matéria acessória para a elaboração de sentenças.

Com a publicação de *Remarks on nominalization* (CHOMSKI, 1970), derrubou-se a tese de que palavras são geradas pelas mesmas regras com a qual produzimos sentenças, com base em argumentos que, de alguma forma, contribuem para uma compreensão da organização e funcionamento do léxico, a saber:

- 1) palavras complexas não podem ser caracterizadas simplesmente como um formativo composicional em que o significado do todo corresponde ao significado das partes, ou seja, o significado das palavra não está limitado pela aplicação da regra de transformação;
- 2) idiosincrasias assistemáticas afetam de forma profícua e vasta itens lexicais, assim, a **polissemia** de termos como *estacionamento* (*ato de estacionar e local para estacionar*), impediria a equivalência no âmbito sintagmático entre a forma do verbo e a forma nominalizada do verbo;
- 3) existem vazios assistemáticos na correspondência verbo > nominalização;
- 4) grande parte das palavras, incluindo palavras complexas, são armazenadas na memória dos falantes e passam a integrar um estoque que é dinamicamente atualizado.

Desses argumentos desconstrutores, duas teorias de organização e estruturação do léxico foram engendradas, em cujo cerne está o debate acerca do equilíbrio entre armazenamento e computação de itens lexicais. Na base dessas teorias está também o modelo criado por Halle (1973: 9-10), que propõe a existência de três componentes distintos como partes da morfologia: a) uma lista de morfemas; b) as regras de formação de palavras, c) um filtro contendo as propriedades idiosincráticas da palavra. A lista de morfemas, juntamente com as regras de formação de palavras, definiria o potencial de palavras, que ainda teria de passar por um filtro avaliativo.

Na teoria da entrada econômica (*impoverished entry theory*), o léxico é uma lista básica de irregularidades. Isto é, tudo que pode ser computado pela regra não deve ser armazenado no léxico. Essa ideia se aplica às construções morfológicas e sintáticas também. Essa ideia foi defendida para a morfologia, mais eloquentemente por Steven Pinker (1999) no seu livro *Words and rules* (*Palavras e regras*), em que ele argumentou

que somente as formas irregulares do tempo passado dos verbos do inglês são armazenadas, ao passo que as formas regulares do tempo passado não são armazenadas, mas computadas na hora.

Contudo, segundo Booij (2014) há uma grande quantidade de evidências de que formas regulares de verbos também podem ser armazenados no léxico (Baayen et al. 2003; Bybee 2006; De Vaan et al. 2007, *apud* Booij, 2014). Isso levanta a questão de como exatamente palavras, regulares ou irregulares, são especificadas no léxico. Estarão elas plenamente especificadas, ou somente as propriedades imprevisíveis?

Notemos, nesse ponto, o quão recorrente, nas percepções acerca do léxico, é a noção de que itens lexicais *inespecificados*, idiossincráticos e imprevisíveis estariam a cargo da memória dos falantes, sendo, portanto, itens de estoque e, assim, não passíveis de serem gerados online.

Enfim, na teoria da entrada econômica, as palavras complexas regulares não estariam listadas no léxico, visto que são altamente previsíveis, podendo ser geradas online, a qualquer momento, a partir regras de formação abstraídas de modelos lexicais previamente adquiridos. Uma vez abstraídas as regras, não haveria necessidade de armazenamento de itens plenamente especificados. Nesse modelo, portanto, privilegia-se o aspecto computacional, preservando o armazenamento apenas para formas primitivas e formas complexas imprevisíveis, economizando espaço na memória dos falantes. Esse é um enfoque parcimonioso para o léxico, em que toda redundância é evitada.

Porém, não há consenso em torno dessa teorização, segundo Booij:

A objeção geral a esse enfoque é que não faz jus à compreensão de que nossa memória lexical é vasta, e que não há, portanto, razões para adotar um enfoque parcimonioso para o léxico. Essa objeção está relacionada a um critério geral para a adequação em modelos linguísticos. Um modelo linguístico deve se permitir a uma *integração elegante* (Jackendoff, 2011), isto é, ele deve estar em harmonia com os achados de outras disciplinas linguísticas, tais quais a Psicolinguística, a Teoria da Aquisição da Linguagem, a Linguística Histórica e aquelas da ciência cognitiva, em geral. (BOOIJ, 2014, p. 6-7, tradução nossa)

Por sua vez, a denominada *full entry theory* (teoria de entrada plena) defendida por JAKENDOFF (1997) e ARONOFF (2007), irá argumentar em favor de uma maior capacidade de armazenamento de itens do léxico na memória dos falantes. Consideremos que para formarmos novas palavras precisamos abstrair dos modelos os esquemas

morfológicos que possibilitarão as construções. Esses modelos correspondem a um conjunto de palavras complexas memorizadas, i.e. palavras complexas plenamente especificadas. Em português, os falantes primeiro adquirem nomes deverbais em *-dor* particulares, tais como *jogador*, *vendedor*, *cobrador* etc., e depois de uma suficiente exposição a um conjunto de tais palavras, o esquema para nomes deverbais em *-dor* será apreendido. Em face da postura parcimoniosa da teoria da entrada econômica, teríamos de admitir que, uma vez abstraídos os esquemas, seriam apagadas as informações previsíveis concernente às palavras complexas particulares que já estavam armazenadas na sua memória lexical.

“Uma vez que uma generalização foi feita sobre as bases de instâncias armazenadas, essas instâncias podem ser redundantes, mas não há um mecanismo para apagá-las da nossa memória, então nós assumimos que, pelo menos, esses casos armazenados persistam” (Hudson, 2007: 22).

Destarte, para os defensores da *full entry theory*, não há pressão psicológica para apagar uma informação previsível uma vez adquirida, considerada a vastidão da memória humana. Em termos de processamento, é também vantajoso que não se necessite computar propriedade de palavras complexas memorizadas depois de usá-las, pois elas podem ser diretamente recuperadas do léxico mental que irá acelerar o processamento.

Em face desse debate, podemos dizer que a perspectiva gerativa, embora não centralize os estudos lexicais, lhes deu um grande impulso, na medida em que focalizou o léxico como conhecimento, em oposição à visão tradicional do léxico como vocabulário.

Ainda acerca do equilíbrio entre armazenamento e computação de itens lexicais na organização das palavras e dos esquemas e padrões de formação de palavras na mente dos falantes é preciso levar em conta, segundo investigação psicolinguística, o papel da frequência de uso, na medida que palavras plenamente especificadas, quando são muito usadas, tendem a se fixar no estoque lexical, não sendo geradas online, como se poderia prever segundo as teorias anteriores. Como confirmam as observações de Rio-Torto et al.:

(...) a memória tem um papel determinante, na medida em que as formas mais usadas são aquelas que têm uma inscrição mais sólida na memória (Plag 1999:51-52; Plag 2003: 65-66; Rainer 1988). Portanto, mesmo lexemas construídos através de padrões produtivos podem estar armazenados na memória, se forem de



uso frequente. O interessante é que para interpretarmos um lexema novo, não precisamos de o ter armazenado na memória. Isso prova que a construção de padrões morfológicos é determinante na relação do falante com a morfologia da sua língua. (Rio-Torto et al. 2013, p. 70).

Diante do exposto, entendemos que a memória humana é vasta e capaz de armazenar uma infinidade de itens lexicais: palavras primitivas, palavras complexas de uso frequente e palavras complexas com informações imprevisíveis segundo os seus padrões/esquemas construtores. Acerca dessas últimas é preciso ter em mente que se amplia, e muito, o número de itens lexicais armazenados, uma vez que a polissemia em grande medida implica na independência do sentido da palavra em relação ao sentido previsto pelo padrão/esquema, ao passo que a polissemia, por si, é um fenômeno que possibilita a economia de espaço na memória dos falantes, evitando a necessidade de uma nova palavra para cada novo sentido.

Ainda é preciso destacar a relação intrínseca entre frequência e polissemia, pois quanto mais frequente e mais sólida for a inscrição de uma palavra na memória dos falantes da língua mais afeita ela estará a extensões de sentido de caráter metafórico e metonímico, por outro lado, no caso de palavras complexas, quanto mais se ampliam os sentidos de uma palavra - para além daqueles previstos pelo padrão/esquema de construção, maior será a sua frequência na língua.

Por sua vez, os padrões/esquemas de formação abstraídos de modelos apreendidos previamente são fundamentais para permitir a criação de novas palavras com base nos recursos disponíveis e também possibilitar a compreensão de novas palavras. Há que se ponderar, contudo, que muitas palavras complexas, que não são novas na língua, podem não estar armazenadas na mente do falante e serão processadas *online*.

Prova disso encontramos na hesitação de falantes na aplicação de um afixo ou de um padrão/esquema na hora de usar uma forma complexa num ato de fala, é comum que construções não usuais/tradicionais sejam empregadas em lugar de outras mais habituais (p. ex.: *justificação* em lugar de *justificativa*). Esse fenômeno de alternância de afixo com a mesma base para dar conta de um produto com o mesmo sentido foi bastante recorrente no período arcaico da língua portuguesa, quando as formas tradicionais/usuais ainda não havia se estabelecido ou seja, não havia ainda, em alguns casos, as formas complexas fixas na memória do falantes daquela época, assim em textos de um mesmo autor, podemos encontrar essas variantes, que chamamos de *doublets morfológicos* (cf. Soledade 2004), ocorrendo num mesmo texto, num mesmo capítulo e por vezes numa

mesma página ou parágrafo, como se pode ver no exemplo a seguir da *Crónica de D. Pedro de Menezes*, escrita por Gomes Eanes Zurara: “... *eu nom poderia escrever sem lagrimas a **espidiçam** que estas gemtes fezerão hũas das outras, ...*” (CDPM, p. 210) e “... *a ora daquella partyda, foy amtre elles hũ **espedimento** tam doroso, ...*” (CDPM, p. 210). Nesse exemplo, as formas *espidiçam* e *espedimento* (‘despedida’), são construídas num mesmo parágrafo acionando esquemas nominalizadores diferentes sobre uma mesma base verbal *espedir*.

Ainda sobre o aspecto mentalista da organização do léxico é preciso que se diga que entendemos a sua natureza individual e particular, pois não é possível, em termos de língua, determinarmos quais os lexemas estão armazenados na memória e quais serão computados, pois, como querem Rio-Torto et al., se esse fator depende da frequência, será variável de falante para falante, assim, um indivíduo que trabalhe em um hospital poderá ter armazenado em sua memória as formas *medicação* com o sentido de ‘ato de aplicar um produto farmacológico’ e *medicamento* com o sentido de ‘produto farmacológico’, por sua vez um falante que não tenha convivência com esse contexto sociocultural poderá entender que essas formas funcionam como sinônimos. Intuímos que esse caráter individual e particular de cada organização léxica mental tenha um reflexo importante nas dificuldades que os linguistas têm tido de definir certos fenômenos linguísticos, como por exemplo, a homonímia e a polissemia.

Assim, a imagem mental que nos ocorre quando pensamos acerca da organização mental do léxico na mente dos falantes corresponde às raízes das árvores que convivem em um mesmo bosque, as árvores estão compartilhando o mesmo terreno, são alimentadas - mais ou menos - pelos mesmos tipos de nutrientes e sofrem com as mesmas alterações climáticas, contudo, suas raízes se estendem e se ramificam em sentidos diversos, podendo estabelecer percursos e entrelaçamentos bem distintos umas das outras.

Em todo o caso, esse é apenas um aspecto do que seria o léxico, e defini-lo apenas com o enfoque na sua organização e estruturação na mente dos falantes, ao nosso ver, considerando a meta holística da linguística cognitiva, é, no mínimo, reducionista, uma vez que se estaria privando o léxico de sua historicidade, de seu perspectivismo, de sua socialização, de sua funcionalidade, de sua pragmaticidade.

Assim, ao nosso ver, é imperativo que a linguística cognitiva seja capaz de, ao menos tentar elaborar, de acordo com a sua proposta de visão holística da língua, um conceito de léxico capaz de alcançar, ou de ao menos deixar entrever, a sua complexidade.

Seria muita presunção de nossa parte achar que podemos aqui, nesse espaço exíguo, com as leituras que temos: uma bagagem teórica restrita para tão ampla tarefa, propor um conceito de léxico ampliado que dê conta de todas essas suas múltiplas faces, mas não poderíamos deixar de expor que há uma necessidade de reformulação de seu conceito se se quer manter a proposta de modelo mais holístico e complexo dentro da linguística cognitiva.

## **2. A MORFOLOGIA CONSTRUCIONAL**

Na seção anterior refletimos acerca das concepções de léxico ao longo das principais teorias linguísticas, e muito embora nos pareça claro que a linguística cognitiva precisa trabalhar com uma concepção ampliada de léxico, ao que parece, se tem optado por manter o enfoque na *teoria da entrada plena*, pois como quer Tomasello (2000) a aquisição da linguagem começa com o armazenamento de representações mentais de casos concretos de usos linguísticos, gradualmente o falante vai fazendo abstrações sobre um conjunto de constructos linguísticos com propriedades similares e passa a armazenar no seu léxico mental o sistema abstrato gerado por esses constructos, ou seja, convivem na mente do falante lista de palavras aprendidas e esquemas (abstratizações) obtidas em termos de generalizações.

Por sua vez, também é a *teoria da entrada plena* o ingrediente básico do modelo do léxico hierárquico na morfologia construcional, como desenvolvido em Booij (2010), que pode ser caracterizado da seguinte maneira: (i) Esquemas construcionais especificam a informação previsível de classes de itens lexicais complexos existentes plenamente especificados, e especificam como novas palavras similares podem ser cunhadas. (ii) Esquemas construcionais podem dominar subesquemas que especificam propriedades adicionais ou mais específicas de subclasses de itens lexicais.

### **2.1 Premissas básicas**

A morfologia construcional assume que 1) existem generalizações morfológicas específicas que não podem ser transferidas a níveis fonológicos ou sintáticos; 2) que as gramáticas das línguas tem uma subgramática morfológica, relativamente autônoma; 3) que palavras complexas são armazenadas no léxico até que sejam apreendidos os esquemas por generalização/abstração; 4) esquemas construcionais morfológicos, uma

vez abstraídos economizam a memória do falante que já não precisa armazenar palavras previsíveis de um dado esquema; e 5) esquemas podem gerar palavras complexas que serão armazenadas no léxico, caso sofram alterações semânticas de natureza idiossincrática (tipos de polissemias).

Na perspectiva da morfologia construcional, ser um signo linguístico motivado, isto é, não-arbitrário, é uma propriedade gradiente de palavras complexas. Essa propriedade se correlaciona com o grau em que são preservadas as características formais e semânticas relevantes do esquema de formação de palavras e o grau de conservação da herança semântica da palavra base. Quanto maior for a preservação dessas propriedades, mais motivada será a palavra complexa.

Por motivação, entende-se que existe uma relação não-arbitrária entre a forma e o significado de uma construção linguística. Assim, para além das motivações propiciadas pelo esquema, há de se considerar a questão da herança semântica que a palavra complexa pode preservar em relação à palavra base.

Deve-se admitir, contudo, que há um comportamento gradiente, tanto em relação à preservação das propriedades essenciais do esquema quanto à hereditariedade em relação ao *input*, uma vez que itens lexicais podem ser subespecificados e herdar informações parciais da base, que, por sua vez, também pode, na maioria dos casos, apresentar-se como polissêmica.

Para além das implicações de herança, a princípio, as palavras complexas são motivadas pelo esquema pelo qual são dominadas (Booij, 2010). Palavras complexas recém-derivadas herdam suas propriedades previsíveis através da compatibilização de esquemas de formação a bases léxicas. Os esquemas construcionais apresentam essa função de motivação porque forçosamente estabelecem uma relação entre forma e significado.

Com base no que se sabe acerca da aquisição da linguagem, Booij (2012, p.04) afirma que “Morphological schemas are acquired on the basis of a set of memorized complex words, i.e. fully specified complex words.”<sup>1</sup> Assim, o falante do português primeiro adquire nomes individuais em *-eir-*. como *pedreiro*, e, após uma exposição suficiente a um conjunto de palavras com semelhante formação, o esquema de nomes agentivos em *-eir-* pode ser apreendido.

---

<sup>1</sup> “Esquemas morfológicas são adquiridos com base em um conjunto de palavras complexas memorizadas, isto é, palavras complexas totalmente especificadas.” (Booij, 2012a, p.04). [Tradução nossa].

Segundo Booij (2010), esquemas construcionais podem ser descritos como capazes de:

- (i) especificar as informações previsíveis acerca das classes de itens lexicais complexos totalmente enquadrados no esquema, e especificar como novas palavras complexas podem ser cunhadas.
- (ii) abarcar subesquemas que incorporam propriedades particulares adicionais ou apresentam propriedades mais específicas de subclasses de itens lexicais.

Esse modelo leva em consideração o fato de que o conhecimento de esquemas morfológicos abstratos depende do conhecimento e armazenamento mental de um conjunto de palavras complexas que instanciam esses padrões (*full entry theory*).

Assim, esquemas morfológicos não devem ser vistos como mecanismos formais para alcançar representações lexicais maximamente particularizadas (por exemplo, lexicalizações idiossincráticas). Em vez disso, têm duas outras funções: por um lado, motivam a existência de um conjunto relevante de palavras complexas e, por outro, preveem como esse conjunto pode ser estendido. A função motivadora de esquemas tem o efeito de reduzir o grau de arbitrariedade das relações forma-significado no léxico. Assim sendo, esquemas também estruturam o léxico. Por exemplo, o esquema para o português de substantivos em *-eiro* define uma família de palavras que compartilham propriedades comuns, e, portanto, fornece uma estrutura parcial ao léxico da língua.

Esquemas morfológicos, além de terem a função de especificar como novas palavras complexas podem ser formadas, reduzem a demanda de memória para armazenamento do léxico, uma vez que, como já foi dito, minimizam o grau de arbitrariedade no conjunto de correspondências entre forma e significado especificado no léxico.

## 2.2. Formulando esquemas: propriedades essenciais

Do ponto de vista formal, um esquema construcional de derivação sufixal deve ser assim representado (Booij, 2012, p.04):

$$\langle [X_i Y_j]_{Y_k} \leftrightarrow [\text{significado de } Y_j \text{ relacionado a SEM}_{X_i}]_k \rangle$$

Os símbolos ‘menor que’ e ‘maior que’ demarcam um esquema de construção, já o símbolo de seta dupla ( $\leftrightarrow$ ) intercede para explicitar a correlação entre forma e significado. A contribuição do significado da palavra de base, à direita da seta, é

coindexado com a parte relevante da estrutura formal do lado esquerdo da seta. O significado (SEM) das palavras de base só é especificado no léxico, ao passo que a contribuição do significado fornecida pelos afixos é especificada nos esquemas de construção, uma vez que seus significados não são acessíveis fora da estrutura morfológica em que eles ocorrem.

Ao se propor a formulação de esquemas para palavras complexas, é preciso estabelecer quais propriedades são essenciais, quais podem ser descartadas e, ainda, quais delas podem ser incidentais. Em primeiro lugar, observemos o aspecto categorial. Deve-se considerar a classe da palavra base (*input*) e a classe do constructo (*output*) como propriedades essenciais a serem incorporadas ao esquema?

Sobre a relevância da categoria do *input*, Booij (2014) afirma que é possível considerar a categoria da palavra base pertinente ao esquema para casos em que há regularidade e produtividade; em outros casos, o esquema dominante pode prescindir dessa informação, em face de que mais de uma categoria morfossintática seja produtiva dentro esquema.

Um exemplo do primeiro caso seriam formações em *-dor* em português, cuja categoria morfossintática da base léxica é sempre um verbo e qualquer ocorrência que esteja fora desse padrão não será produtiva, ou seja, não será capaz de servir de base para formações similares. Portanto, o esquema construcional que contém o formativo *-dor* poderá ser descrito, considerando a categoria verbal da base:

$$\langle [X_{vi} -dor]_{sj} \leftrightarrow [Agente\ envolvido\ em\ SEM_{vi}]_j \rangle$$

Nos casos em que ocorrem instanciações fora do padrão, Booij (2012, p.09) considera que:

(...) there are cases where input category should be a defeasible category. Therefore, I assume that the input category of a word formation schema can be overridden by an individual complex word. However, in this situation, the complex word will have a lower degree of motivation.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> "... Há casos em que a categoria do *input* deve ser uma categoria anulável. Portanto, presumo que a categoria do *input* de um esquema de formação de palavras pode não corresponder à categoria de uma palavra complexa individual. No entanto, nesse caso, a palavra complexa terá um menor grau de motivação." (Booij, 2012, p.09) [Tradução nossa].

Um exemplo do segundo caso, em português, são as formações a partir do sufixo *-ismo*, que apresenta uma certa promiscuidade, combinando-se com palavras de classes diversificadas:

(1) Base	Raiz	Substantivo derivado
Sc	átomo, derrota	atomismo, derrotismo
Sp	Lula, Carlos (ACM)	lulismo, carlismo
A	colonial, favorito	colonialismo, favoritismo
V	batizar, caquizar,	batismo, catecismo
C	bota-abaixo, sem-vergonha	bota-abaixismo, sem-vergonhismo
Sig	PT, PMDB	petismo, peemedebismo

Embora a formação a partir de bases adjetivas (A) seja a mais produtiva ao longo da história da língua portuguesa, observamos que, em sua origem (grega), *-ismós* tinha por base verbos (V) em *-izó*:

(2)

gr. *katékhizó*: *katékhismós*: port. *catequizar*:*catecismo*;

gr. *hellenizó*: *hellenismós*: port. *helenizar*:*helenismo*;

gr. *ostrakizó*: *ostrakismós*: port. *ostracizar*:*ostracismo*.

Daí que persistem essas formações, não obstante tenham baixa ou nenhuma produtividade atual. Por seu turno, verifica-se o surgimento de novas possibilidades de formação bastante produtivas, considerando-se as categorias dos substantivos próprios (Sp) e das siglas (Sig), de tal sorte que não parece produtivo, no esquema dominante de *-ismo*, incluir a categoria da base como propriedade essencial, podendo este prescindir dessa informação, que poderá/deverá ser descrita, junto com as especificações semânticas, em subesquemas, quando forem relevantes e produtivas. Destarte, *-ismo* apresentaria um esquema dominante assim configurado:

$$\langle [X_i -ismo]_{sj} \leftrightarrow [\text{relacionado a SEM}_i]_j \rangle$$

Já a categoria do constructo, ou seja, do conjunto de palavras que foi e pode ser gerado por um esquema, parece ser uma propriedade essencial, haja vista, no caso das palavras formadas por esquemas de sufixação, a sua função essencial de determinar a categoria morfossintática do item lexical gerado.

Assim, para Booij (2010, p.12),

“As únicas candidatas a propriedades absolutas, não-anuláveis, em esquemas de formação de palavras são a categoria do output de palavras complexas e a forma fonológica de seus morfemas constituintes. No entanto, a forma fonológica pode variar considerando-se os limites da alomorfia.” (Booij, 2010, p.12). [Tradução nossa].<sup>3</sup>

Desse modo, a categoria do *output* (constructo) de um esquema de formação de palavras e a sua forma fonológica devem ser vistas como propriedades absolutas, uma vez que estas atuam como definidoras dos esquemas morfológicos. Por exemplo, de um lado, não faz sentido relacionar, em português, adjetivos formados com o sufixo *-nte* (como *vivente* ‘aquele que vive’) ao esquema de formação de adjetivos em *-dor* (como *pensador* ‘aquele que pensa’), pois a forma fonológica distinta requer esquemas distintos; por outro lado, também não é pertinente relacionar adjetivos participiais em *-(a)do* (como *amado*, *cansado*) a um esquema para substantivos coletivos em *-ado* (como *punhado*, *bocado*), já que, embora haja coincidência - parcial - no plano da expressão, há distinção quanto à natureza categorial e semântica do constructo.

No que diz respeito às propriedades semânticas, é importante ressaltar que se configuram como aspecto central da organização do sistema cognitivo e que, portanto, um esquema construcional (quer morfológico, quer sintático) não pode delas prescindir. Contudo, pode-se perguntar se é sempre possível descrevê-las em termos de atributo: combinações de valores.

Há casos em que as propriedades semânticas das palavras complexas individuais não estão previstas pelo esquema morfológico dominante. Esse fato decorre de que muitas vezes atuam sobre itens lexicais complexos mecanismos universais de polissemia, decorrentes de extensões metonímicas e metafóricas. Assim, uma palavra complexa pode ter propriedades semânticas que não são motivadas pelo esquema morfológico dominante. Há que se distinguir, porém, os casos em que a polissemia atua sobre um item lexical individual daqueles em que atua sobre um conjunto de itens lexicais que apresentam na sua formação um mesmo elemento morfológico, em que caberá a explicitação da polissemia do sufixo, por meio de subesquemas.

---

<sup>3</sup> The only candidates for absolute, non-defeasible properties in word formation schemas are the output category of complex words and the phonological shape of their constituent morphemes. However, phonological shape can vary within the boundaries of allomorphy.



Em suma, sob a ótica da morfologia construcional, as propriedades que usualmente definem um processo de formação de palavras são: a categoria morfossintática do constructo (*output*), a expressão fonológica do afixo e a correlação semântica da construção morfológica, sendo a categoria morfossintática da base (*input*) uma propriedade passível de ser anulada.

Por fim, acerca dos subesquemas, vale ressaltar a sua função de especificar propriedades semânticas decorrentes da polissemia e também a representação de subpadrões de formação que sejam sistemáticos e produtivos. Assim, na relação hierárquica entre esquemas e subesquemas, pode-se explicitar a existência de subclasses sistemáticas. Os subesquemas, portanto, fornecem características mais detalhadas das propriedades mencionadas pelo esquema dominante, não sendo um caso de substituição de padrão.

Vale chamar a atenção para o fato de que o critério básico para a proposição de subesquemas é a produtividade de cada subpadrão: se é produtivo, é uma boa razão para supor um subesquema. No entanto, o problema de um uso coerente do presente critério é que a produtividade não é um fenômeno simples do tipo tudo-ou-nada, mas uma questão de grau. Além disso, um subesquema que não apresente produtividade numa dada sincronia pode já a ter apresentado em sincronias pretéritas, o que implicará a existência de itens construcionais herdados de um subesquema inativo, que poderá ser reativado, como bem exemplificam os atuais empregos do sufixo *-ete* (Cf. ALVES, 2010).

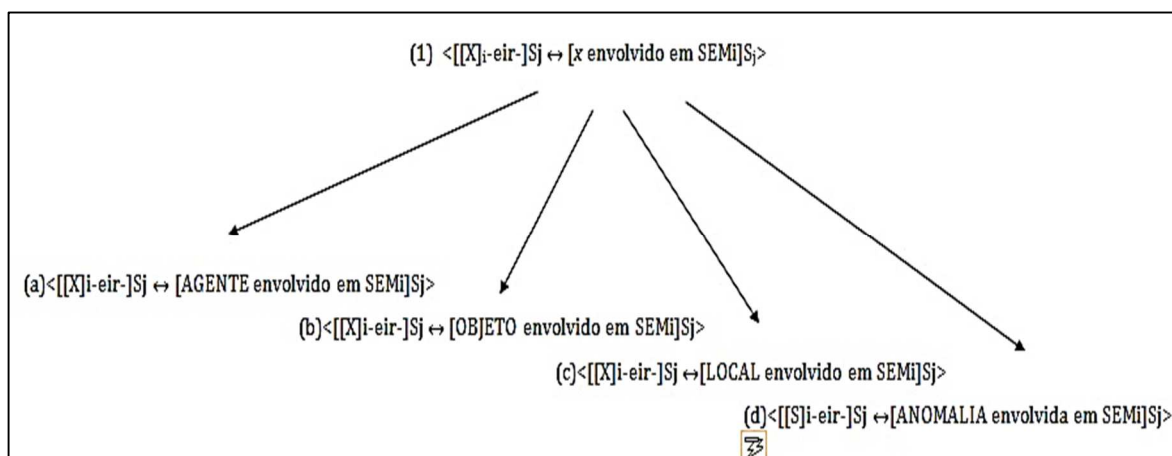
### **3. PROBLEMAS DE APLICAÇÃO DA MORFOLOGIA CONSTRUCIONAL A DADOS EMPÍRICOS HISTÓRICOS**

Como dito anteriormente, o modelo booiijano foi aplicado a dados históricos em estudos diferentes aplicados à investigação da polissemia de três sufixos distintos, a saber: *-eiro*, *-dor* e *-udo* (cf. SOLEDADE, 2013; SOLEDADE 2015). Nessas tentativas de aplicação da morfologia construcional, tal como apresentada no item 2 desse artigo, foram alguns problemas de aplicação, quer quanto à sua inserção na corrente teórica da linguística cognitiva, quer quanto à descrição do componente morfológico em relação a usos concretos da língua.

Elegemos cinco questões a serem problematizadas: as duas primeiras de caráter mais geral, considerando a concepção de língua e léxico na linguística cognitiva, e as três subsequentes de caráter mais específico, considerando problemas na representação descritiva de dados empíricos historicamente datados.

Em primeiro lugar, retomemos o último parágrafo da seção anterior para destacar a relevância da produtividade para a proposição de subesquemas, segundo Booij (2010, 2014), o critério básico para a proposição de subesquemas é a produtividade de cada subpadrão: se é produtivo, é uma boa razão para supor um subesquema. Em segundo lugar, é importante que tenhamos clareza acerca da relação evidente entre produtividade e frequência (tal qual discutimos na seção 1). Por exemplo, um esquema ou subesquema derivacional produtivo implica numa maior frequência de uso de um determinado componente morfológico, isto é, um afixo. Por sua vez, quando se trata de um afixo polissêmico, podemos ter graus de frequência com variação bastante significativa.

Observemos o caso da representação da rede esquemática polissêmica do sufixo –eiro no português arcaico (cf. Soledade, 2013):



**Quadro 1.** Esquema e subesquemas de formações X-eiro

A ordem que atribuímos aos subesquemas acima representados como a), b), c) e d) teve como motivação a produtividade de cada um dos sentidos, i.e., os agentivos em –eiro tiveram uma maior recorrência, apresentando-se em 47 itens lexicais do *corpus* analisado, seguidos das construções com sentido de objeto e local, 12 cada, e, por fim, o sentido de anomalia com apenas uma ocorrência. Contudo, essa opção de organização gráfica de subesquemas, tomando a ordem como representativa de um grau de produtividade, não está prevista nas premissas básicas da morfologia construcional, na

verdade, não se observa, embora se aponte a sua importância, nenhuma preocupação de que a produtividade, ou mesmo a prototipicidade sejam valores a considerar quando da representação das redes polissêmicas dos construtos morfológicos.

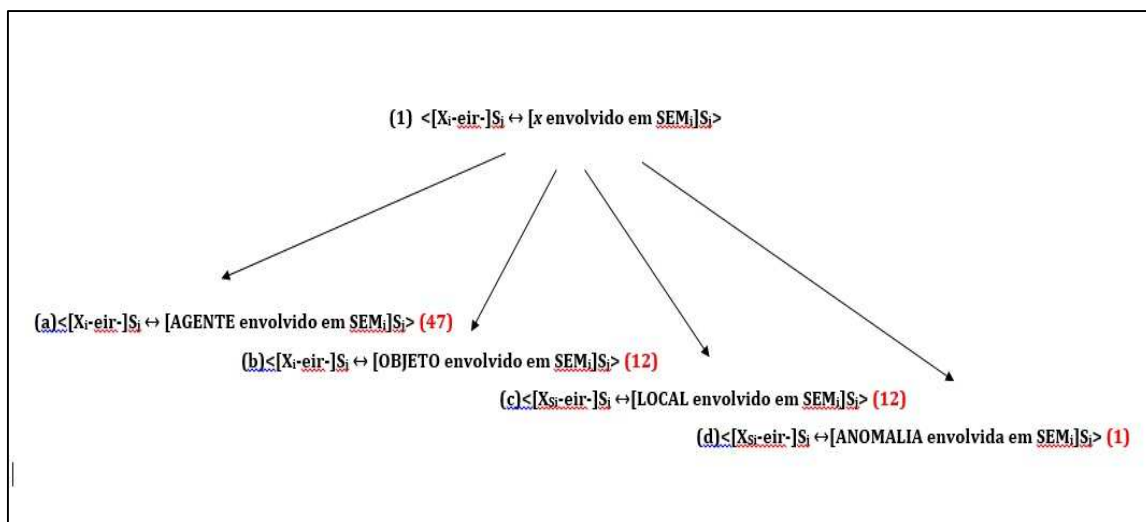
Por outro lado, mesmo essa nossa opção pela ordenação não dá conta dos graus de produtividade, haja vista que o primeiro subesquema (agentivo) é 47 vezes mais recorrente que o último (anomalia), e que o segundo e o terceiro apresentam o mesmo número de ocorrências no *corpus* analisado, não sendo possível, nesse modelo de representação gráfica linear, dar conta desses aspectos.

A pergunta que devemos fazer no momento é se: de fato consideramos relevante esse tipo de informação para o modelo de descrição morfológica dentro de uma perspectiva cognitivista?

Se é objetivo da linguística cognitiva pautar as análises de língua em seus usos concretos, considerando que o conhecimento linguístico emerge e se estrutura a partir do uso da linguagem, a resposta só pode ser positiva. Logo, partindo da ideia de que qualquer representação deve ser feita em cima de usos reais de língua e não de informações selecionadas com base em suposições acerca do conhecimento linguístico de um falante ideal, sempre será possível ter dados para subsidiar a reflexão acerca da produtividade, ainda que sobre recortes de língua. Destarte, a problemática se volta para o como incluir essa informação no modelo proposto por Booij?

Ao nosso ver, apenas quando tivermos condição de construir representações em modelos tridimensionais - que se apresentem em constante movimento -, poderemos de fato estabelecer alguma associação mais eficaz entre o modelo analítico/descritivo e a realidade da organização mental/cognitiva do léxico.

Por hora, enquanto não conseguirmos transpor a representação monoplana (das representações gráficas escritas) para uma representação em terceira dimensão, podemos propor adequações à formulação dos esquemas construcionais. No caso, da produtividade, seria possível que para além da ordem dos subesquemas, pudéssemos acrescentar, ao final da formulação de cada um deles, o número de ocorrência ou o percentual de produtividade no quadro geral dos dados analisados:



**Quadro 2.** Esquema e subesquemas de formações X-eiro com indicação de produtividade

Assim, ainda que de maneira preliminar poderíamos de alguma forma estar incluindo os usos reais na formulação das redes abstratas, afinal, sem os dados empíricos, as construções esquemáticas serão apenas objetos do olhar do teorizador sobre a realidade que ele deseja descrever, embora concordemos com Lee (2001, p.19), quando diz que “Nenhum ser humano percebe a Realidade Absoluta em sua totalidade. Em vez disso, vemos uma espécie de realidade limitada pelo tempo e espaço que experimentamos; interpretamos e reconstruímos essa experiência em esquemas ou padrões, em nossas próprias mentes.”<sup>4</sup>

A segunda questão<sup>5</sup> a que nos dedicamos a refletir nesse artigo tem relação direta com a concepção de língua dentro da linguística cognitiva. Langacker, em *Foundations of Cognitive Grammar* (1987), irá argumentar a favor da ideia de que a gramática de uma língua é reflexo de distintos processos de conceptualização, ou seja, os padrões de combinações das diversas estruturas de uma dada língua são resultados de processos que ocorrem no nível do sistema conceptual humano. Essa afirmação sugere que a linguagem é simbólica em todos os seus aspectos, incluindo aspectos morfossintáticos. Tal perspectiva tem implicações sobre a descrição de padrões linguísticos e no nosso caso, sobre a descrição de padrões morfológicos.

<sup>4</sup> “No human being perceives Absolute Reality in its totality. Instead we see a kind of reality limited by the time and space we experience; we interpret and reconstruct that experience into schema, or patterns, in our own minds.”

<sup>5</sup> Essa reflexão se origina de um questionamento acerca da legitimidade do esquema dominante de caráter semântico geral levantada pelo doutorando Mailson Lopes, em reunião de orientação.

Segundo Booij (2010), esquemas são padrões gerais formulados a partir de unidades de forma-significado-função (*form-meaning-function*) e implicam numa relação de coindexação entre forma e significado que será representada no esquema pela seta dupla ( $\leftrightarrow$ ), assim, entende-se que um esquema construcional não pode prescindir das propriedades semânticas, que constituem o aspecto central da organização do sistema cognitivo.

Assim, quando observamos a representação gráfica de redes polissêmicas, tal qual proposto pela morfologia construcional de Booij, verificamos a existência de um esquema dominante cuja contraparte semântica é generalizada, pois é formulado sem nenhuma especificação de sentido, para dar conta de abrigar os diversos sentidos polissêmicos dos subesquemas. Vejamos que no caso do sufixo *-eiro*, (1)  $\langle [X_i\text{-eiro}]S_j \leftrightarrow [x \text{ envolvido em SEM}_i]S_j \rangle$ , a posição ocupada por *x* corresponde à posição onde deveria ocorrer a especificação do valor semântico do afixo.

O que devemos nos perguntar é se: de fato, o cérebro humano chega a gerar esse esquema dominante, com o polo semântico da construção caracterizado por uma especificação geral o suficiente para abrigar as diversas possibilidades de significação das instanciações desse esquema? Não acreditamos que seja o caso.

Booij (2010) afirma que a categoria morfema não deve figurar entre a relação de construções, uma vez que não consiste em um pareamento **independente** de forma e significado, eles fazem parte de esquemas morfológicos e sua contribuição significativa é acessível apenas por meio do significado da construção morfológica como um todo. Por sua vez, a contraparte dessa formulação deve ser levada em conta, ou seja, esquemas morfológicos só são abstraídos a partir de construções morfológicas plenamente especificadas. Portanto, um esquema dominante com a contraparte semântica geral é, a nosso ver, mais um recurso metodológico do que uma descrição de um componente real da estrutura hierárquica do léxico. A solução seria então abolir essa representação.

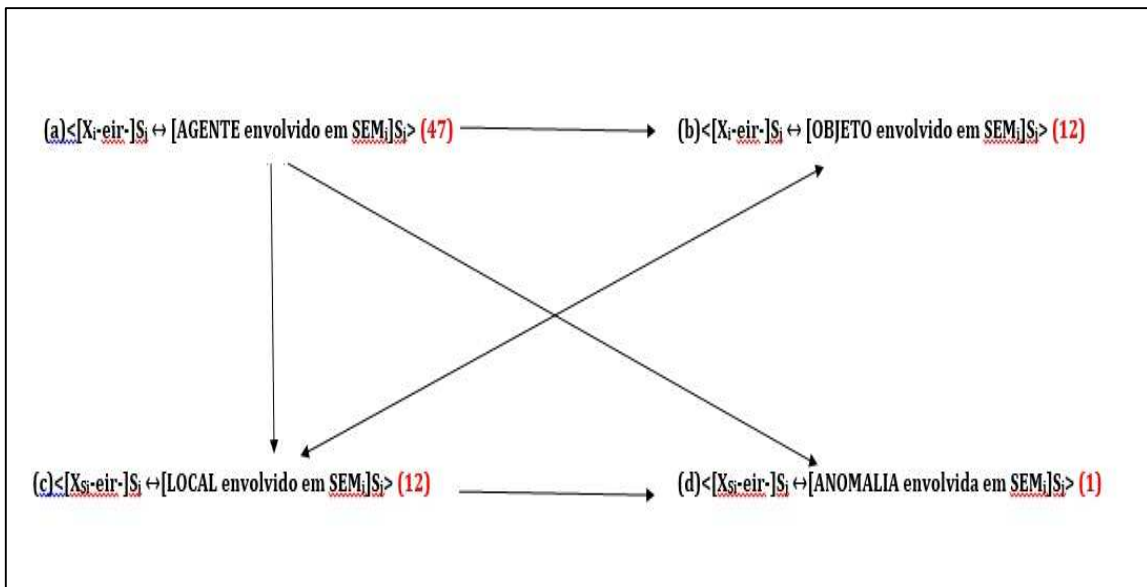
<p>(a) <math>\langle [X_i\text{-eir-}]S_j \leftrightarrow [AGENTE \text{ envolvido em SEM}_i]S_j \rangle</math> (47)</p> <p>(b) <math>\langle [X_i\text{-eir-}]S_j \leftrightarrow [OBJETO \text{ envolvido em SEM}_i]S_j \rangle</math> (12)</p> <p>(c) <math>\langle [X_s\text{-eir-}]S_j \leftrightarrow [LOCAL \text{ envolvido em SEM}_i]S_j \rangle</math> (12)</p> <p>(d) <math>\langle [X_s\text{-eir-}]S_j \leftrightarrow [ANOMALIA \text{ envolvida em SEM}_i]S_j \rangle</math> (1)</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Quadro 3.** Esquemas de formações X-eiro com indicação de produtividade

Contudo, se coloca um novo (terceiro) problema: como representar a polissemia de (sub)esquemas relacionados entre si por mecanismos metafóricos ou metonímicos sem que precisemos criar essa “especificação geral” que na verdade corresponde a uma *inespecificação*?

Acreditamos, que na verdade, o elo entre os esquemas polissêmicos são as relações de sentido (metafóricas e metonímicas) que estabelecem entre si. Com podemos observar, essas relações não estão, de forma alguma, contempladas na formulação proposta por Booij (2010) de um esquema dominante de caráter geral.

Assim, em uma tentativa, preliminar, de representar as relações de polissemia entre os esquemas de *-eiro*, segundo os dados analisados no PA, sem um esquema dominante, chegamos a seguinte formulação, em que as setas representariam as relações metafóricas e/ou metonímicas que os esquemas estabelecem entre si:

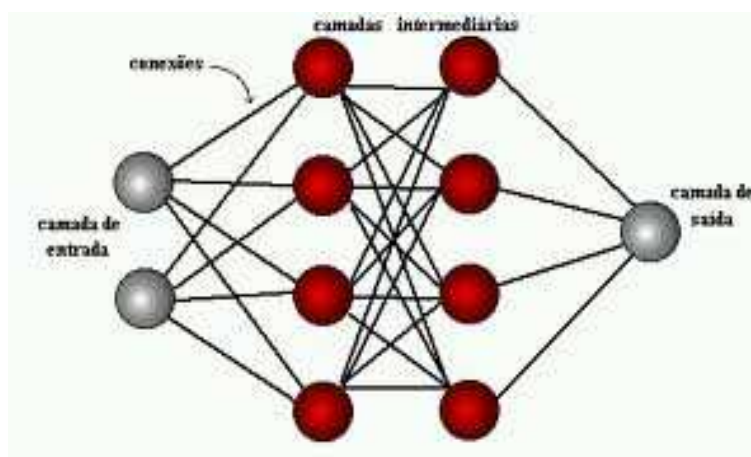


**Quadro 4.** Esquema de formações X-eiro explicitando a polissemia e a produtividade

Para Booij (2012, p.20) existem esquemas de extensão conceitual (possivelmente universais), que permitem que objetos/instrumentos sejam concebidos como agentes impessoais (extensão metafórica), ou que a noção de agente possa ser ligada ao instrumento ou ao local de ação (extensão metonímica). Os dados analisados no PA revelam que as relações entre os múltiplos sentidos de *-eiro* parecem se dar em uma rede

mais complexa, em que a linearidade da representação esquemática não faz qualquer sentido.

Além disso, os esquemas descritos no quadro acima, se desdobram em subesquemas também polissêmicos (agentes podem ser: agentes habituais, agentes profissionais e agentes vegetais; objetos podem ser: objetos instrumentos e objetos recipientes; e locais podem ser: locais recipientes e locais relacionados a atividades/objetos). Assim, a teia de significados desse sufixo, já no português arcaico, não parece admitir um desencadeamento contínuo da polissemia, mas apresentaria antes uma rede de relações bem mais complexas, semelhante ao nosso sistema neuronal. E se se pretende estabelecer esquemas que de fato representem, imagetivamente, as relações entre os diversos sentidos de um esquema polissêmico, as formulações teriam de assumir um caráter tridimensional e se aproximar de algo como as redes neurais ou neuronais utilizadas no âmbito da inteligência artificial:



**Figura 1.** Esquema de uma rede neural artificial<sup>6</sup>

O quarto problema de aplicação do modelo boojiano a dados empíricos está relacionado à herança semântica das bases, pois, em alguns casos, a polissemia do esquema está intimamente relacionada a um tipo de restrição semântica imposto pelos tipos de bases a ele associados.

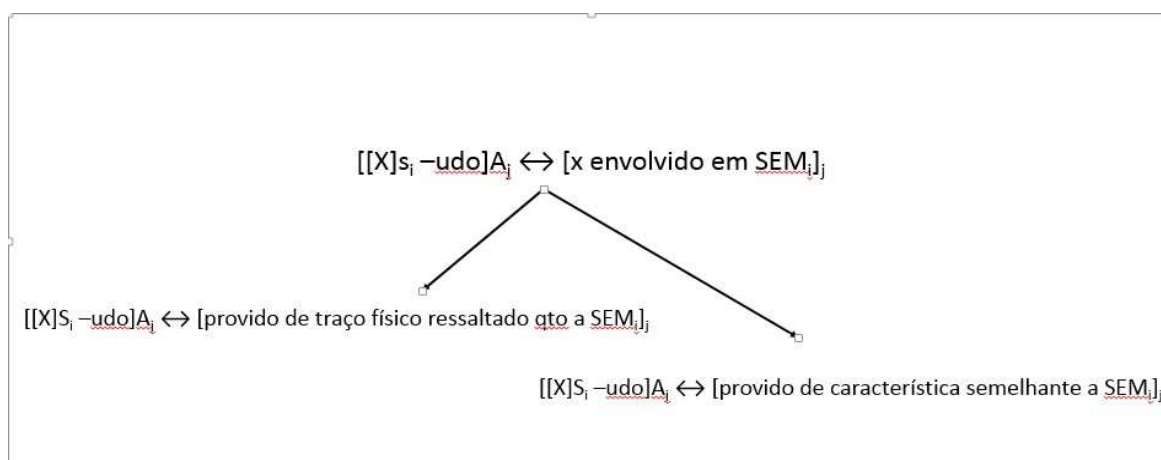
Tomemos como exemplo os esquemas do sufixo *-udo* em português, que podem atribuir às suas instanciações um sentido construído pelo esquema, que podemos representar com a paráfrase << 'provido de característica física ressaltada relativa a [sentido da base] '>>: BARBUDO, BUNDUDO, NARIGUDO, CABELUDO etc. Porém,

<sup>6</sup> Imagem extraída de [http://www.gta.ufrj.br/grad/07\\_2/eliseu/Descríoereconhecimentodepadres.html](http://www.gta.ufrj.br/grad/07_2/eliseu/Descríoereconhecimentodepadres.html)

quando as bases não são partes de corpo humano, o esquema da origem a instanciações cujo sentido pode ser reproduzido na seguinte paráfrase: <<'que se assemelha a [sentido da base]’>>: ABELHUDO, CARRANCUDO, PONTUDO, TALUDO, TRONCUDO, VARUDO etc. Observemos que nesses últimos casos, o sentido das bases não licencia o sentido destacado para aquele primeiro grupo de palavras construídas, contudo, obviamente, por extensão metafórica, temos um segundo esquema, derivado do primeiro, mas, ao fim e a cabo, é a natureza semântica da base que determinará o sentido da construção.

Booij em seu artigo *Herança e motivação em morfologia construcional* (*Inheritance and motivation in Construction Morphology*, 2014) assume a importância das relações de herança. Segundo ele, as palavras complexas existentes podem assumidamente herdar informação dos nódulos mais dominantes, estabelecendo uma relação vertical entre o esquema de formação de palavra e a palavra complexa (instanciação). Assim, um esquema de formação de palavras tem duas funções: especificar como novas palavras podem ser criadas, e motivar o seu significado. Por sua vez, a informação concernente à palavra derivada está também relacionada àquela da palavra base. O significado de *eater* (*comedor*) é parcialmente um reflexo do significado de *to eat* (*comer*) – relação de subparte. Isso implica que herança não é somente uma relação entre o esquema abstrato e a palavra complexa, mas também entre a palavra complexa e a sua base.

Porém, em sua proposta de representação da polissemia dos esquemas construcionais a herança semântica da base não encontra espaço para ser especificada:



**Quadro 5.** Esquema e subesquemas de formações X-udo segundo o modelo de Booij (2010)



De fato, nesse tipo de formulação esquemática, não há como tratar da natureza semântica da base, ou seja, a herança da base não se enquadra na especificação dos subesquemas formulados, no entanto, como vimos, essa polissemia é parcialmente motivada pela herança da base, o que nos deixa o questionamento acerca de como adequar o modelo para dar conta desse aspecto. A nosso ver, essa é uma tarefa muito complicada se quisermos manter o modelo de representação booiijiano, uma vez que a inclusão de especificações semânticas quanto às bases determinaria que os esquemas assumiriam uma extensão que impossibilitaria as representações lineares e verticais de subesquemas polissêmicos.

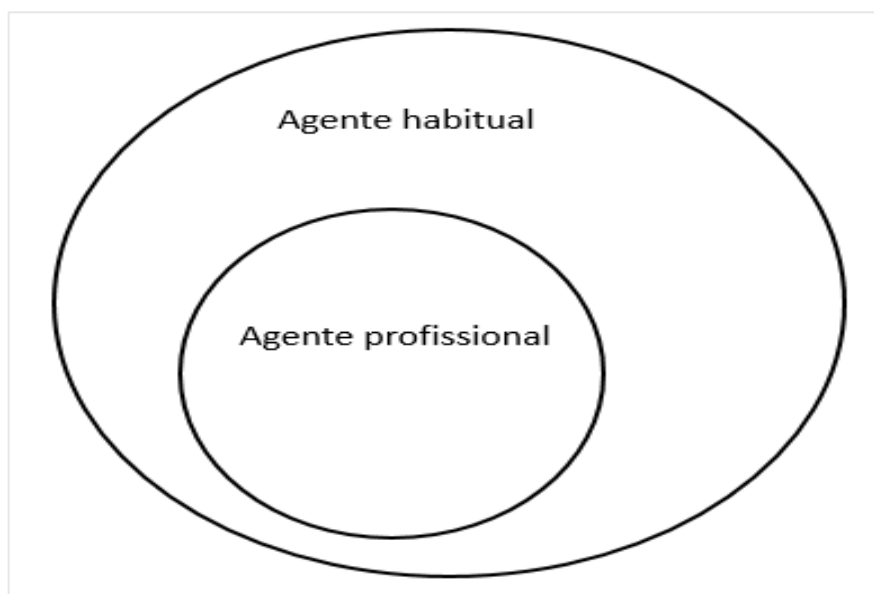
Por fim, a última questão que levantaremos aqui, diz respeito a relação entre os sentidos agentivos das instanciações com o sufixo *-dor*. Estudiosos acerca do sufixo em questão têm apontado, com alguma variação, sentidos polissêmicos para suas formações agentivas. A distinção entre agentes profissionais/ocupacionais e agentes habituais/frequentativos parece ser consensual, diferentemente da inclusão de agentes experienciadores, que não é unânime. Em todo o caso, esses três sentidos são apontados como polissêmicos e independentes, embora, relacionados entre si por metáfora ou metonímia.

Com a análise de dados do PA (Cf. Soledade, 2015), observamos que qualquer agente habitual, em tese, pode ser recategorizado como agente profissional, ou seja, é uma questão de conceptualização que depende do uso, da necessidade expressiva dos indivíduos, das relações interacionais e socioculturais dos agentivos em dada comunidade linguística, e que essa conceptualização em nada depende das relações de herança da base.

A distinção entre agente habitual e agente profissional parece residir no fato de que todo agente profissional habitualmente pratica a ação expressa pelo verbo, contudo, dessa prática decorrem pelo menos dois comportamentos socioculturais que o especificam, a saber: 1) o retorno financeiro a fim de subsistência e 2) o acúmulo de conhecimento ou de prática específica para o exercício da ação.

Assim, o *corredor* profissional se distingue do *corredor* amador/habitual, não por uma maior frequência ou habitualidade da ação, mas sim, pelo fato de o profissional utilizar-se de conhecimentos teóricos e práticos que lhe permitem realizar a ação com uma maior eficiência; além disso, os corredores profissionais são financeiramente recompensados, o que lhes possibilita, em casos de atletas de elite, viver economicamente apenas dessa profissão.

Portanto, a relação polissêmica que se dá entre os agentes habituais e os profissionais nos parece de natureza metonímica, sendo uma relação entre parte-todo, ou ainda de continente-conteúdo, como explicitado na figura a seguir.



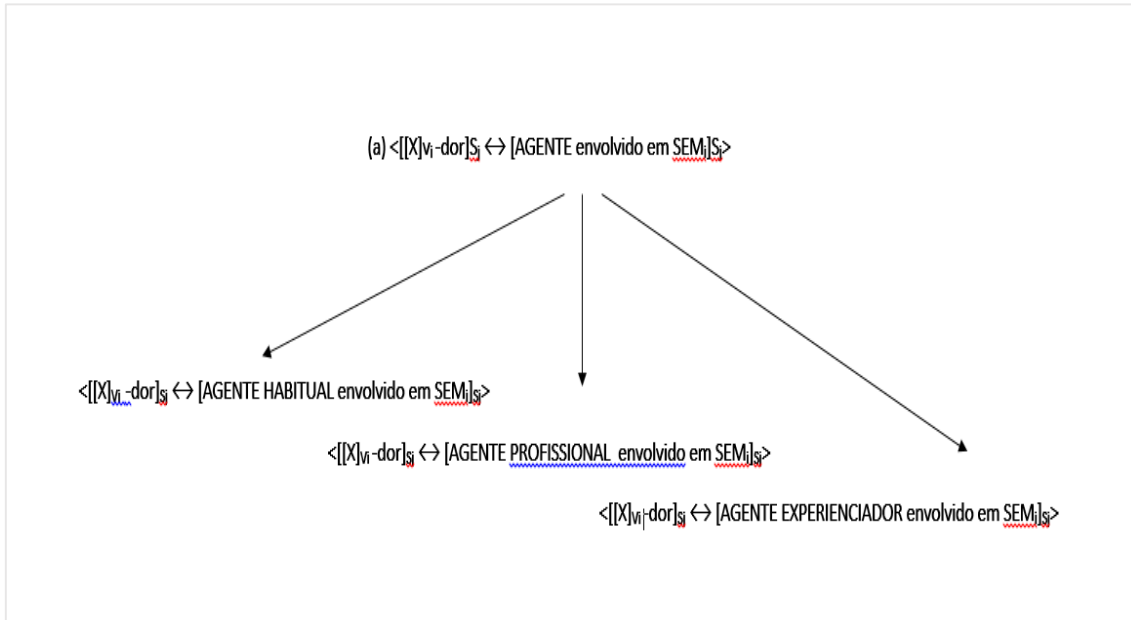
**Quadro 6.** Metonímia entre as noções agentivas habituais e profissionais.

Outra observação suscitada pela análise dos dados do PA que foi importante destacar refere-se à necessidade de incluir um subesquema, relativamente produtivo, referente a agentes experienciadores. Percebemos que, embora sejam nitidamente distintos dos habituais, o mesmo não se dá em relação ao sentido profissional. Bases verbais de natureza semântica existencial também licenciam a criação de agentes que atuam profissionalmente em relação ao verbo, por exemplo, temos formações do tipo: *animador (de festa)* e *passeador (de cães)*, construídas sobre bases de verbos experienciais. Ao que tudo indica, novamente, percebemos que a atribuição do caráter profissional à agentividade depende de opções de categorização desencadeadas pela necessidade dos indivíduos inseridos em uma dada cultura, em dado momento sócio histórico. Representando simbolicamente essa relação, teríamos, outra vez, uma polissemia desencadeada pela metonímia (parte-todo/ conteúdo/continente).



**Quadro 7.** Metonímia entre as noções agentivas experienciais e profissionais.

Se retomarmos a esquematização da polissemia dos agentivos em *-dor*, segundo o modelo construcional, tal qual vem sendo proposto por Booij (2010; 2012; 2014), teremos:



**Quadro 4.** Esquemas e subesquemas de formações X-dor.

Novamente, observamos que não há como incluir a representação das relações semânticas entre subesquemas. A relação metonímica entre os sentidos habituais e profissionais e entre os sentidos experienciadores e profissionais fica completamente

apagada, até mesmo perdida, na análise linguística. Assim, observamos que o modelo de esquematização/representação em hierarquização vertical proposto por Booij não dá conta, até então, dos efeitos metonímicos ou metafóricos que incidem nos subsquemas e os relacionam entre si. Afinal essa relação não reside apenas no compartilhamento de um mesmo esquema dominante, mas, sobretudo, por existirem relações horizontais, ou seja, estarem os subsquemas ligados uns aos outros, sob efeitos semânticos.

Assim, é importante que a descrição da morfologia e do léxico da língua dentro da linguística cognitiva também faça um movimento em direção a um modelo mais complexo, que pretende ser holístico, incorporando, de forma mais comprometida, os aspectos semânticos implicados na organização desses componentes linguísticos.

Há no modelo de Booij (2010, 2012, 2014) um forte apego a métodos de representação usuais dentro do modelo gerativista, bem como, uma preocupação, ainda incipiente, de descrição da contribuição semântica para os processos de construção morfológicos.

Em suma, o modelo de morfologia construcional de Booij (2010) oferece fundamentos essenciais para a compreensão da estruturação do léxico em termos de construção e esquemas; contudo, ainda não é suficiente para dar conta de aspectos importantes, levantados nas análises aqui desenvolvidas, sobretudo, as mais variadas relações semânticas que demandam especificação, como as que se dão entre bases e palavras complexas, entre esquemas e palavras complexas, entre esquemas e subsquemas, entre subsquemas e subsquemas.

Enfim, uma análise ainda que preliminar de dados empíricos, aplicados a uma metodologia em construção revela que muito há de se avançar em termos de representação do que seja a língua, o léxico, a morfologia e das relações semânticas que os engendra.

## Referências

ALMEIDA, M. L. L. & GONÇALVES, C. A. V. (2005) Polissemia sufixal: o caso das formas X-eiro - propostas e problemas. *In: XX Encontro Nacional da APL (Associação Portuguesa de Linguística). Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: Colibri Artes Gráficas. v. 20. p. 237-246.*

ALVES, I. M. (2010) O sufixo -ete no português brasileiro contemporâneo (Le suffixe-ette dans le portugais brésilien contemporain). *In: Acta semiótica et lingvistica. biblionline.ufpb.br.* Disponível em <http://www.biblionline.ufpb.br/ojs/index.php/actas/article/viewfile/14657/8309>. Acessado em 20 de junho de 2013.

BASÍLIO, Margarida. (2012) O léxico como conhecimento lexical: dados e estratégias. In: CASTILHO — CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA HISTÓRICA, 2., 2012. *Hand-out* oferecido pela autora ao público assistente da Mesa-redonda *Léxico*, em 08 fev. 2012. p.01-02.

BASÍLIO, Margarida. (2010) Abordagem gerativa e abordagem cognitiva na formação de palavras: considerações preliminares. *Linguística*, v.05, n.02, p.01-14, dez. 2010.

Bloomfield, Leonard. 1935. *Language*. London: Allen and Unwin.

BOOIJ, Geert (2009). Morphological analysis [to appear in Bernd HEINE and Heiko NARROG (eds.), *The Oxford Handbook of Grammatical Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2009, 563-589.

BOOIJ, Geert (2010). *Construction Morphology*. *Language and Linguistics Compass* 3/1 (2010): 1–13, 10.1111/j.1749-818x.2010.00213.x

BOOIJ, Geert (2012). Morphology in Construction Grammar [to appear in Thomas Hoffmann and Graeme Trousdale (eds.) *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press]

BOOIJ, Geert (2014). Inheritance and motivation in Construction Morphology. In: Nikolas Gisborne and Andrew Hippisley (eds.), *Defaults in morphological theory*. Oxford: Oxford University Press.

BYBEE, Joan. 2000b. “The phonology of the lexicon: Evidence from lexical diffusion.” *Usage-Based Models of Language*, edited by Michael Barlow and Suzanne Kemmer, 65-86. Stanford: CSLI.

BYBEE, J. 2000. Lexicalization of sound change and alternating environments. In: *Papers in Laboratory Phonology V: Acquisition and the Lexicon*. Michael B. Broe & Janet B. Pierrehumbert (ed). Cambridge University Press. 250-268.

CHOMSKY, Noam. (1970). Remarks on nominalization. In R. Jacobs & Rosenbaum (eds), *Readings in English transformational grammar*. Waltham: Blaisdell.

CORBIN, D. (1990) Associativité et stratification dans la représentation des mots construits. In: W.U. Dressler et al (eds). *Contemporary Morphology*. Berlin: Mouton de Gruyter.

COSTA, M; SOLEDADE, J. Derivação sufixal: funcionamento e sentidos do sufixo –dor1 e –dor2 no português arcaico. *Crátulo*, v.6, n 1, pp. 66-71, ago. 2013.

FERREIRO, Camila. Um estudo de caso da conceptualização do sexo: elementos para se pensarem redes linguísticas. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em língua e cultura do Instituto de Letras. Universidade Federal da Bahia, Salvador. Pp. 123

GOLDBERG, Adele E. 1995. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press.

GONÇALVES, C. A. V. & ALMEIDA, M. L. L. (2013) Morfologia construcional: principais ideias, aplicação ao português e extensões necessárias. *Alfa* (ILCSE/UNESP), v. 56, n. 3.

HALLE, Morris. (1973). Prolegomena to a theory of word formation. *Linguistic Inquiry* 4-1, pp. 3-16.

HUDSON, Richard. (2007). *Language networks. The new word grammar* Oxford: Oxford University Press.

JACKENDOFF, Ray. (1997). *The architecture of the language faculty*. Cambridge Mass.: MIT Press.

LANGACKER, Ronald W. (1987). *Foundations of Cognitive Grammar, vol 1, theoretical prerequisites*. Stanford: Stanford University Press.

LANGACKER, Ronald W. (1991). *Foundations of Cognitive Grammar, vol 2, descriptive application*. Stanford: Stanford University Press.

LEE, David. (2001). *Cognitive Linguistics: An Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2001. Pp. 223.

PINKER, Steven. (1999). *Words and rules*. New York: Basic Books.

RIO-TORTO, Graça Maria. (1999). *Morfologia derivacional: teoria e aplicação ao português*. Porto, Porto Editora.

RIO-TORTO, Graça Maria. (2008) Mudança genolexical: teoria e realidade In: *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto - Vol. 3*.

RIO-TORTO, G.M. et al. (2013). *Gramática derivacional do português*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

TOMASELLO, Michael. (2000). First steps toward a usage-based theory of language acquisition. Disponível em: [http://evenements.univ-lille3.fr/autour-constructions/GdC/Programme\\_files/Tomasello2000.pdf](http://evenements.univ-lille3.fr/autour-constructions/GdC/Programme_files/Tomasello2000.pdf) (acessado em 20 de maio de 2015).

TOMASELLO, Michael. (2003). *Constructing a language: A usage-based account of language acquisition*. Cambridge MA: Harvard University Press.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística geral*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1969.

SOLEDADE, Juliana. (2004). *Semântica morfolexical. Contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico*. Dissertação de Doutorado em Letras, área de Linguística Histórica. Universidade Federal da Bahia. 2 tomos.

SOLEDADE, Juliana. (2013). Experimentando esquemas: um olhar sobre a polissemia das formações [Xi -EIR-]Nj no português arcaico. *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da*

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Número especial 2013.  
[<http://www.revistadiadorim.lettras.ufrj.br>]

SOLEDADE, Juliana. (2015). De pecadores a sabedores: agentes de –dor no Livro das Aves. (Comunicação Pessoal) *I congresso internacional de semântica cognitiva*, Salvador, 2015.